

## Diplomacia cultural, *soft power* e a representação da Rainha Elizabeth II no audiovisual

Demetrius Cesário Pereira<sup>1</sup>  
Flávia Stawski<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa busca refletir sobre a influência da Rainha Elizabeth II por meio do audiovisual, com base nos conceitos de diplomacia cultural e *soft power*. Verifica-se, assim, a possibilidade de que o audiovisual teria reforçado a influência da monarca nas relações internacionais. Para isso, primeiramente teoriza-se sobre os conceitos de diplomacia cultural e *soft power*. Em seguida, o artigo se debruça sobre a figura de Elizabeth II como rainha britânica e de outros Estados soberanos, assim como chefe da Commonwealth. Por fim, analisa-se o papel do audiovisual na influência da monarca pelo globo. Com metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, utilizam-se artigos acadêmicos, livros, notícias, entre outras fontes.

**Palavras-chave:** Elizabeth II. Audiovisual. *Soft power*. Diplomacia cultural.

### ABSTRACT

The research seeks to reflect on the influence of Queen Elizabeth through the audiovisual, based on the concepts of cultural diplomacy and soft power. Thus, there is the possibility that the audiovisual would have reinforced the influence of the monarch in international relations. For this, firstly, the concepts of cultural diplomacy and soft power are theorized. Then, the article focuses on the figure of Elizabeth II as queen of Britain and other sovereign states, as well as head of the Commonwealth. Finally, the role of audiovisual in the influence of the monarch across the globe is analyzed. With methodology based on bibliographical research, academic articles, books, news, among other sources are used.

**Keywords:** Elizabeth II. Audiovisual. Soft power. Cultural diplomacy.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito (UFPR) e Relações Internacionais (Universidade Tuiuti do Paraná). Especialista em Direitos Humanos (USP) e Relações Internacionais (UCAM-RJ). Mestre em Relações Internacionais (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Doutor em Ciência Política (USP). Pós-doutor em Ciência Política (UFPR). Professor dos cursos de Relações Internacionais da ESPM e Belas Artes (SP)

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Bacharel em Comunicação Social/Rádio e TV pela Faculdade Cásper Líbero e Artes Cênicas pela Universidade Federal do Paraná. Desenvolve sua carreira profissional nos principais canais de televisão do país como Rede Globo, Gazeta e Record, nas áreas de edição de vídeo e produção. Desde 2011 trabalha na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) onde já desempenhou a função de supervisora de edição de NIS (Núcleo de Imagem e Som), responsável pelo gerenciamento de projetos de equipe de editores, direção e consultoria de montagem em peças publicitárias, vídeos institucionais e projetos de ensino da Escola.

O presente artigo pretende analisar o papel da representação da Rainha Elizabeth II, ex-monarca britânica, no audiovisual, relacionando-o à diplomacia cultural e ao conceito de *soft power* nas relações internacionais. Para isso, primeiramente abordam-se os conceitos de diplomacia cultural e *soft power*, base teórica do estudo. Numa segunda parte, explora-se a figura de Elizabeth II, especialmente como chefe de Estado do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, dos reinos da Commonwealth e da própria Commonwealth, organização internacional surgida a partir da desintegração do Império Britânico. Por fim, analisa-se a representação da rainha no audiovisual, relacionando-a com a diplomacia cultural e o *soft power*. Desse modo, busca-se refletir sobre a influência elizabetana nas relações culturais internacionais.

### **1. Diplomacia cultural e *soft power***

A diplomacia cultural (LESSA, 2012) em geral refere-se às práticas de atores das relações internacionais dentro do sistema internacional que tenham como principal aspecto a cultura. Tradicionalmente, era tida como a atuação de países promovendo sua cultura nas relações com outros Estados, como no caso de ações do governo brasileiro promovendo e apoiando a seleção de futebol como parte da cultura do país, ou dos EUA por meio de Hollywood.

Um conceito bastante relacionado à diplomacia cultural seria o de *soft power*, ou poder brando. Segundo Joseph Nye (1990), o *hard power* (poder bruto) estaria mais ligado às capacidades bélicas, militares, do país. Já o *soft power* estaria ligado a outras capacidades, como a cultural. Por muito tempo, os britânicos desfrutaram de influência mundial por meio de seu *hard power*. Apesar disso, nos tempos atuais o *soft power* parece ser mais importante para o mundo e para os britânicos em especial. Tal influência cultural pode ocorrer por meio do idioma (sendo o inglês a língua mais difundida do mundo), história, literatura, teatro, diplomacia, música, filmes, séries, esporte, educação, arte etc. Desse modo, o audiovisual também pode ser considerado uma forma de expressão para o exercício do poder brando e da diplomacia cultural.

## 2. Elizabeth II e a Coroa

Quando nasceu, Elizabeth não era herdeira direta do trono, o que só ocorre quando seu tio abdica a favor de seu irmão, pai de Elizabeth. Com a morte de seu pai, ela herda o trono, que ocupou durante 70 anos, o mais longo reinado da história britânica.

O Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte caracteriza-se como um Estado soberano composto por quatro regiões: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Com uma história rica e complexa, o país já ocupou o papel de maior destaque nas relações internacionais, sendo considerado por alguns historiadores a principal potência do século XIX, especialmente durante o período conhecido como Pax Britannica (MORRIS, 2010), compreendido entre 1815 e 1914. A história, nesse caso, pode ser considerada um forte elemento do *soft power* da Coroa. Dentro do período mencionado, alguns autores destacam o período vitoriano, que compreendeu o reinado da longeva Rainha Vitória, ascendente de Elizabeth II, apogeu do poder britânico no mundo. Outra rainha que podemos destacar seria Elizabeth I, da dinastia Tudor (BINDOFF, 1950), que consolidou o anglicanismo no reino em oposição à submissão ao papa defendido por sua irmã e antecessora Maria, católica e mundialmente eternizada numa das bebidas mais difundidas no mundo, o “*Bloody Mary*”. Dessa maneira, Elizabeth II herda, junto com a Coroa, toda carga histórica do Império Britânico, em especial das monarcas mulheres. O período de seu reinado pode talvez ser apontado como um “segundo período elizabetano”, em contraponto ao período elizabetano de Elizabeth I.

A Inglaterra foi um Estado independente por muito tempo, sendo muitas vezes confundida com o Reino Unido. Politicamente, o país é uma monarquia parlamentarista, com um chefe de Estado (o monarca) e um chefe de governo (Primeiro-Ministro). O monarca, no caso britânico é o rei ou rainha, que recebe o cargo com base no princípio da hereditariedade (OLECHNOWICZ, 2007). Já o Primeiro-Ministro é indicado pelo parlamento britânico, sendo nomeado pelo monarca. Enquanto o chefe de Estado tem um papel em grande medida cerimonial, responsável principalmente por aconselhar o chefe de governo, o Primeiro-Ministro é quem efetivamente governa, controlando o poder executivo do país e nomeando os demais

ministros. Assim, o poder do monarca britânico foi diminuindo ao longo do tempo, sendo Henrique VIII (pai de Maria I e Elizabeth I) um dos mais poderosos, criador do divórcio e do anglicanismo em suas batalhas contra o domínio universal de Roma, representado pelo Papa e pelo catolicismo. A limitação das atribuições do monarca foi gradual e liderada pelo Parlamento britânico, representando o povo, com base em documentos constitucionais como o *Bill of Rights*, de 1689.

Apesar de o papel do monarca e do próprio Reino Unido ter diminuído ao longo dos tempos, a figura da rainha Elizabeth II exerceu grande influência no mundo. A Grã-Bretanha é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, principal órgão responsável pela segurança internacional, ao lado dos EUA, Rússia, França e China. Além disso, também faz parte do G-7, grupos das principais potências industriais do planeta, ao lado dos EUA, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália. Apesar da desintegração do Império Britânico, “onde o sol nunca se punha”, o país conseguiu manter sua influência por meio da Commonwealth, organismo internacional composto em grande medida por suas ex-colônias, muitas das quais ainda mantêm o monarca britânico como chefe de Estado, como Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Jamaica. Além de monarca desses 14 reinos independentes, Elizabeth II também ocupava o cargo de Chefe da Commonwealth, exercendo influência nos demais membros da referida organização. Deve-se destacar que nem todas as ex-colônias britânicas são membros da Commonwealth, como é o caso dos EUA. Apesar disso, a influência britânica no país até hoje é evidente, derivada em grande medida da história compartilhada pelos dois países. Podemos notar sua importância também na OTAN (ROGERS, 2020), principal aliança militar do mundo, e na OCDE, também conhecida como “clube dos ricos”, entre outras organizações. Uma das maiores polêmicas recentes envolvendo os britânicos na política internacional foi o *Brexit*, concluído em 2020, em que o país deixou de ser membro da União Europeia, o que reduziu sua influência na Europa, ao mesmo tempo que aumentou sua autonomia nas relações internacionais.

Como chefe de Estado de 14 Estados soberanos (na data de sua morte – quando ela ascendeu ao trono, era monarca de 32 países), Elizabeth II mantinha contatos

constantes com líderes de todo mundo. Além disso, mantinha reuniões constantes aconselhando os Primeiros-Ministros desses 14 países e indicando Governadores-Gerais que a representavam em 13 deles (exceção do Reino Unido, onde residia). A família real a auxiliava nessas tarefas, assim como ela já havia auxiliado seu pai, o Rei George VI. Desse modo, percebe-se que Elizabeth II exerceu sua influência por mais tempo do que seus 70 anos de reinado, uma vez que já exercia boa parte das funções da Coroa como herdeira do trono, o que torna seu *soft power* ainda mais expressivo.

Assim, pode-se concluir, parcialmente, que o poder brando de Elizabeth II no mundo advém, em grande medida, da influência exercida pelos britânicos ao longo da história, com sua cultura, idioma, passado colonial, entre outros elementos. Com um reinado longo e ao mesmo tempo constantemente adaptado às mudanças globais, a rainha parece ter preservado e talvez até aumentado sua influência, se caracterizando como uma das maiores diplomatas culturais de seu tempo.

### **3. A representação da rainha Elizabeth no audiovisual**

A rainha Elizabeth teve uma relação bastante particular com o audiovisual (elemento essencial dentro da construção e do conceito de *soft power*), moldou e foi moldada pela cultura imagética que à época de sua coroação mudava tão rápido quanto os costumes sociais.

Havia o rádio, havia o cinema – mas agora existia também um aparelho capaz de reproduzir sons e imagens em movimento – e ficava dentro da casa das pessoas, isso foi uma transição basal nesse sentido. Podemos separar essa relação imagética e simbiótica de Elizabeth com as imagens em movimento através desse aparelho em três fases: sua coroação televisionada; as décadas de 1980/90 e consequências que o abuso televisivo causou muito além do poder midiático em torno de figuras como a princesa Diana e, por fim, a personificação do mito em meados dos anos 2010, com séries em streaming feitas sob medida para o consumo cada vez mais voraz, apetite só equiparado em certa medida, pela afeição às fofocas sobre a família real britânica.

Antes de esmiuçar essa relação e como ela se transformou ao longo das décadas, é preciso entender que imagens são superfícies que pretendem representar algo, como afirma o filósofo Vilém Flusser, e nesse contexto, estão muito próximas as definições de imagem e representação. A pretensão da imagem em representar algo tem a sua origem na nossa capacidade de abstração, que também chamamos imaginação. Para o autor, "imaginação é a capacidade de codificar fenômenos de quatro dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. Imaginação é a capacidade de fazer e decifrar imagens." (Flusser, 1985:7).

Desde muito cedo somos conduzidos a imaginar reinos, castelos encantados, princesas, reis e rainhas que vivem em mundos mágicos, muito distantes da realidade comezinha do nosso cotidiano - e isso acontece em várias culturas, independente se ocidentais ou orientais. Ou seja, nesse tempo e espaço onde Elizabeth viveu – exposta às câmeras, as lacunas da nossa imaginação poderiam ser preenchidas com “imagens reais”, agora não só podemos imaginar as princesas, podemos partindo da realidade ver e ouvir como elas realmente são – não são mais figuras estáticas em quadros fechados em museus, vemos a maneira como caminham, ouvimos o que e como falam. Conforme já mencionado, a menina Elizabeth não nasceu para reinar, mas a abdicação de seu tio a colocou como herdeira direta do trono, e diferente de seu pai gago, (o ótimo filme “O discurso do rei”, dirigido por Tom Hooper, representa isso muito bem – apesar de carregar nas tintas - falaremos mais adiante sobre isso), Elizabeth tinha tudo a seu favor: jovem, bonita e causava nos reles mortais, uma fascinação – pois além de princesa, também falava várias línguas, era amazona e consertou carros como voluntária durante a II Guerra – elementos que separados já seriam interessantes numa narrativa audiovisual, mas que juntos, criaram uma personagem perfeita para o tempo midiático que se intensificava. Segundo consta nos registros da BBC, das 36 milhões de pessoas no Reino Unido na época, 27 milhões assistiram à coroação pela televisão – e o fetiche em saber como era “a cara” da monarquia só se fortaleceu.

Tanto é que no fim dos anos 1960, o palácio de Buckingham decidiu começar a mostrar a família real de uma maneira menos formal e mais acessível. O resultado foi tão

inovador para época, que culminou na produção e divulgação do documentário *Royal Family*. A BBC teve acesso à família real em casa e pela primeira vez na história, câmeras de TV filmavam os monarcas em atividades cotidianas: a rainha em um churrasco, decorando a árvore de Natal e levando os filhos para passear – vida comum, que nunca havia sido vista pelo público.

Críticos, tanto os especializados em televisão, quanto os especialistas em família real (há um vasto campo de trabalho para eles na Grã-Bretanha), afirmaram que o documentário de Richard Cawston destruiu a mística que havia em torno da realeza, ao mostrar seus membros como pessoas comuns – mas ao mesmo tempo, foram unânimes em dizer que ele contribuiu muito para restaurar o apoio público à monarquia, que na época andava um pouco enfraquecido.

Em 1977 (lembrando que essa década foi um pesadelo econômico para a Inglaterra), o Jubileu de Prata - 25 anos de reinado - foi comemorado com entusiasmo em festas nas ruas e cerimônias em todo o reino. A monarquia parecia ter reconquistado a afeição da população, em grande parte graças à própria rainha e à maneira como se mostrou “humana”.

Isso nos traz ao segundo ponto: décadas 1980/90 e o poder midiático em torno de figuras como a princesa Diana. Com o burburinho sobre o documentário transposto, mas seus ensinamentos bem aprendidos, a monarquia entendeu como trazer através do audiovisual os assuntos que interessavam – ou que eles queriam que interessassem – para perto dos súditos, equilibrando cerimônias teatrais que beiravam o enfadonho, com aparições em que acenavam à multidão e recebiam flores de crianças angelicais – nesse contexto uma figura se destacou: Diana, a princesa de Gales. Além do poder imagético de Diana (que era realmente uma figura feita para o audiovisual), uma boa narrativa precisa de personagens novos para se manter relevante perante à audiência, e por mais carismática e interessante que fosse a rainha – nessa nova temporada os olhos estavam sob Diana: a princesa que encarnava todas as qualidades de uma conto de fadas.

Segundo consta na entrevista concedida por Diana ao programa Panorama, da BBC em 1995, tanto a rainha Elizabeth, assim como o príncipe Charles, consideravam os rompantes de emoção da princesa embaraçosos e difíceis de administrar. Em suas palavras, eles simplesmente não sabiam como lidar com suas oscilações de humor e com sua dramática busca por atenção – a chamavam constantemente de “mentalmente instável” – a sensação era a de que não havia lugar no palácio para uma pessoa como Diana. E quem é que sabia acolher (e alimentar) essa característica tão particular por atenção – não só de Diana, mas dos seres humanos? Quem respondeu a imprensa, acertou.

Após 25 anos, é sabido que o repórter Martin Bashir manipulou documentos que levaram Diana a acreditar que estava sendo espionada e por isso decidiu contar o que sabia – naquela época não havia redes sociais e a única maneira de “desdizer” o que os tabloides contavam, era ir à televisão dar a sua versão dos fatos. Mas ainda às escuras sob essas manipulações da imprensa, a relação da princesa com a mídia era profícua: que a amava e a expunha na mesma medida. Cabe citar dois momentos emblemáticos dentro dessa urdidura: o primeiro, a já recitada e pertencente à cultura pop, famosa entrevista bombástica de 1995; e o segundo ela e madre Teresa de Calcutá juntas conversando numa calçada como duas amigas íntimas (apesar de mundos diametralmente opostos) em 1997, no ano em que ambas morreram. A imprensa veio registrou e alardeou tudo como se fosse um acontecimento crucial da humanidade, em todos os telejornais transmitidos nesse dia, a imagem do encontro ficou cristalizada – sorriam e conversavam, aparentemente alheias ao mar de repórteres registrando todos os movimentos que faziam. Aliás, tudo o que a princesa Diana fazia virava notícia e ela sabia: da roupa que usava para ir à academia às causas sociais. E ela foi bastante sábia ao escolher mostrar esse seu lado, não se furtava em aparecer para divulgar causas sociais, foi a partir do seu envolvimento (e respectiva cobertura da mídia) que situações importantes como os riscos das minas terrestres em Angola, que mutilava pessoas que andavam pelos campos depois de anos do conflito terminado, ou para mostrar as crianças portadoras de HIV em 1989 (quando o estigma à doença ainda era gigante) num centro de cuidados em Nova Iorque – ela

entendia que sua imagem era poderosa, e usava isso – a resignificação da imagem, dela e do que tocava.

É preciso reconhecer que no princípio Diana teve ajuda de gente poderosa, Ana Harvey editora da Vogue britânica entrou em contato com a (até então) futura rainha da Inglaterra, após vê-la vestida num suéter de ovelhas – a princesa consorte tinha virado piada na imprensa pela escolha, mas é importante lembrar também, que assim como o vestido azul do noivado de Kate, suéteres parecidos esgotaram em questão de horas. Mas a despeito disso, Ana foi enfática com Diana: o que ela vestisse impactaria toda a imagem da Inglaterra pelo mundo – a princesa não só incorporou esse ensinamento – usando e abusando do melhor que a alta-costura (em especial a italiana) oferecia à época, como os subverteu: haja visto o vestido da vingança usado em 1994, na noite em que Charles disse pela televisão que seu casamento era uma mentira e a havia traído durante anos com Camila. O vestido, que parecia esculpido em seu corpo, era ousado em todos os sentidos semióticos opostos ao que a monarquia normalmente usava e usa: modelo, cor, acessórios – mostrava ao mundo o que o príncipe Charles havia rechaçado. Voltando à entrevista bomba, nela a ex-futura rainha não expôs só o término de seu casamento – esmagando o conto de fadas, o futuro rei e todo o branding que a monarquia se esforçou em construir desde à televisionada coroação.

O que nos remete à última parte da tríade audiovisual: personificação do mito. Entende-se por personificação o efeito de “humanizar”, dar feições tipicamente humanas ao que é, originalmente, inanimado – ou divino. E o que as séries como “The Crown” fazem se não humanizar a família real? Mas não como no documentário dos anos 1960, humanizam de uma maneira muito mais elaborada. Numa palestra sobre esse tema – falávamos sobre a série recém lançada no Netflix, um aluno na plateia perguntou qual era o sentido de mostrar as traições do príncipe Charles dessa maneira tão “verdadeira” para o público. Supondo aqui, que o sentido de verdade seja não esconder, mesmo escolhendo exatamente como contar essa “verdade” – se entrarmos em todas as conceituações do termos *verdade* nos perderíamos para sempre e não sairíamos desse artigo.

Simples, porque você carrega numa situação real qualquer situação que assim não seria... Como saber se o menino Charles sofreu mesmo bullying no internato? Como saber que ele era de fato preterido pela mãe? Como saber que se sentia frustrado com a escolha de uma noiva perfeita à altura do legado britânico? A traição sabe-se que existiu, então quando colocamos fatos “verdadeiros” ou melhor, registrados e conhecidos, juntamente com outros não tão verdadeiros ou desconhecidos, digamos assim, são criados para quem assiste a tal narrativa “baseada em fatos reais”. Só que não se sabe ao certo se esses fatos correspondem à 90 ou 5% da verdade. E a partir disso ninguém consegue mais separar a mítica da realidade, e seguimos achando que sim, ele a traiu – mas também, pobrezinho...

Marilena Chauí explica que “o mito é a narrativa sobre a origem de alguma coisa”, que era recepcionada pelos gregos como verdade, em face de uma relação de fidedignidade. A autoridade do narrador daquele pensamento decorria do fato de que este havia testemunhado o objeto da narrativa, ou, ainda, teria recebido a narrativa de alguém que testemunhou. As palavras do mito são sagradas, visto que têm origem em uma revelação divina. A narrativa mítica não se importa com contradições ou com a compreensibilidade do que se afirma e nesse caso nós somos o fiel da balança, pois assim o vimos.

Mas voltando à rainha, e o seu poder imbricado e fortalecido pelo, e através do, audiovisual. Entendemos então por que ela refletiu (e ainda refletirá) muito mais do que podemos alcançar? Pois as imagens em movimento – e não importa se reais ou ficcionais - serão para toda posteridade, seguirão muito além dela e todo seu legado, na verdade é o seu legado – e aliás, muito além de nós.

Para finalizar, Elizabeth teve ainda mais um marco dentro da indústria audiovisual, um *gran finale*, que faria jus a qualquer roteiro dos filmes de 007, onde ela mesma já apareceu tantas vezes; seu funeral foi o primeiro de um monarca exibido ao vivo pela internet – sim, imagens de um funeral pela internet para o mundo – ao vivo. Surpreende como nem na morte a rainha parou de inovar e se relacionar diretamente

com mídia. *God save the queen* e vida longa à BBC, essa sim, onipresente – tanto quanto, ou até mais que a própria Elizabeth.

Desse modo, considera-se que o audiovisual teve papel relevante no reforço da influência da Rainha Elizabeth II nas relações internacionais. A diplomacia cultural e o *soft power* exercidos pela monarca foram significativamente ampliados nesse contexto. Assim, o segundo período elizabetano teve no audiovisual um importante aliado, amplificando o seu poder nas relações culturais globais.

#### **REFERÊNCIAS:**

BINDOFF, Stanley Thomas. **Tudor England**. London: Penguin Books, 1950.

MORRIS, Jan. **Pax Britannica**. Faber & Faber, 2010.

OLECHNOWICZ, Andrzej. *Historians and the modern British monarchy*. Cambridge University Press, 2007.

ROGERS, Damien. **Anglo-European Intelligence Cooperation: Britain in Europe, Europe in Britain**. Oxford University Press, 2020.

#### **Artigos**

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *As figuras de linguagem*. São Paulo: Ática, 1989.

NYE, Joseph S. *Soft power*. **Foreign policy**, n. 80, p. 153-171, 1990.

LESSA, Monica; SARAIVA, Miriam; MAPA, Dhiego. *Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula*. **Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas**. Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 95-120, 2012.

RICOUER, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

**Matérias em sites:**

ALVES, Luiz Roberto. O que é o mito? Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/o-mito-e-o-mito-e-o-mito/>> acesso em 26/01/2023.

CAPUTO, Gabriela. 'The Crown': As consequências da entrevista bombástica de Diana à BBC. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/e-tudo-historia/the-crown-as-consequencias-da-entrevista-bombastica-de-diana-a-bbc/>> acesso em 26/01/2023.

BBC News (sem autor) Rainha Elizabeth 2ª: uma longa vida marcada pelo senso de dever. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38439976>> acesso em 26/01/2023.